



## VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

### 40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas

---

ÁREA TEMÁTICA: Trabalho, Organizações e Profissões [ST]

---

#### **GERAÇÃO REUNI: QUEM SÃO E O QUE PENSAM OS DOCENTES DAS IFES INTERIORIZADAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO**

---

DARCILENE, Darcilene Claudio Gomes  
Doutora em Desenvolvimento Econômico  
Universidade Federal de Uberlândia  
[dcgomes@ufu.br](mailto:dcgomes@ufu.br)

---

SID, Sidartha Soria e Silva  
Doutor em Sociologia do Trabalho  
Universidade Federal de Uberlândia  
[sidartha@incis.ufu.br](mailto:sidartha@incis.ufu.br)

---



#### Resumo

O artigo traz o primeiro esforço analítico no sentido de caracterizar o universo dos docentes que surgiu quando das políticas recentes de expansão e interiorização do ensino superior federal no Brasil. Assim, busca-se levantar o perfil socioeconômico dos docentes, sua percepção acerca de aspectos da carreira, sua avaliação da infraestrutura disponível para o seu trabalho, e, finalmente, seu entendimento da questão da organização sindical de sua categoria.

#### Abstract

The paper presents the first analytical effort to characterize the universe of professors who arose from the policies of expansion and internalization of federal university in Brazil. Thus, it seeks to raise the socioeconomic profile of professors, their perceptions regarding aspects of their career, their assessment of available infrastructure for their work, and finally, their understanding of the issue of trade organization in its class.

Palavras-chave: Políticas; Educação Superior; Universidade; Docentes; Trabalho

Keywords: Policies; Higher Education; University; Professors; Work



## Introdução

O ensino superior no Brasil passou por muitas mudanças nas últimas décadas. Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, até as novas políticas para o ensino superior no Governo Lula, observa-se a conformação de um sistema com características peculiares: que reforçou alguns traços históricos, como a elevada participação de instituições privadas (Durhan, 2003), e introduziu inovações (como as formas de acesso orientadas aos segmentos populacionais de baixa renda – cotas e bolsas de estudo na rede privada – e as avaliações – Provão, SINAES).

No caso da rede de universidades federais, o período recente foi marcado por expressiva expansão – propiciada pela implementação do Programa de Expansão Fase I e do REUNI - após uma década de quase estagnação. Entre 2003 e 2010 o número de campus das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) cresceu 85,8%<sup>1</sup>, as matrículas cresceram 60,8% (INEP, 2003 e 2010) e o número de docentes do magistério superior foi ampliado em 50,8% (MPOG, 2003 e 2011). Ao todo, foram criadas 14 universidades e 127 novos campi, conforme informações encontradas no site do Ministério da Educação<sup>2</sup>.

A região Nordeste foi a que apresentou maior crescimento no número de campus, a ampliação no período 2003-2010 foi da ordem de 143%<sup>3</sup>. Em Pernambuco, na expansão recente da rede federal, foram criados seis novos campi em municípios do interior do estado. Anteriormente, as duas IFES, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal Rural de Pernambuco, mantinham campi apenas na capital. A Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), em que pese sua criação nos estertores do governo Cardoso, teve sua instalação e expansão patrocinadas pelos Programas de Expansão Fase I e REUNI. Mantém sede administrativa em Petrolina, mas ampliou sua área de influência para além dos limites de Pernambuco, instalando unidades na Bahia e no Piauí.

Como ainda é recente, são poucos os estudos que abordam os efeitos da expansão do sistema federal de ensino superior. Os que existem, buscam analisar aspectos da legislação ou a execução do REUNI em universidades específicas. Outra dificuldade é a baixa disponibilidade de informações por parte das autoridades públicas envolvidas na execução dos referidos programas. A imprensa, em geral, apenas repercute os problemas com a infraestrutura das novas unidades.

Neste sentido, é importante avançar na compreensão das implicações da interiorização das IFES abordando seus múltiplos aspectos e os atores envolvidos. Uma importante frente de pesquisa é a que se refere à recomposição dos quadros funcionais nas universidades nos últimos anos. Houve uma paralisia na contratação de novos professores, especialmente nos últimos anos da década de 1990 e início de 2000, e a simultânea passagem para a inatividade de parcela importante do quadro. Em contraste com tal tendência, de acordo com Gomes, Silva e Soria (2012), o crescimento do número de servidores públicos federais entre 2003 e 2009 privilegiou a área educacional: de cada dez novos servidores, quatro pertenciam ao quadro das instituições de ensino federais. No total, segundo informações publicadas no “Boletim Estatístico de Pessoal” do Ministério do Planejamento, foram incorporados ao serviço público em cargos efetivos quase 25 mil professores do ensino superior entre dezembro de 2002 e dezembro de 2011, o que corresponde a 37,6% do atual quadro docente (considerando apenas os detentores de cargos efetivos) das IFES.

Assim, não restam dúvidas que a universidade vive um novo momento; e conhecer quem são e o que pensam os professores atuantes nas IFES interiorizadas dará pistas sobre essa nova universidade e seu enraizamento em municípios longínquos. Trata-se de uma pesquisa inédita do ponto de vista do público investigado e das questões abordadas. Este artigo representa um primeiro esforço de se caracterizar o objeto empírico em questão – os docentes federais na nova fase de expansão do ensino superior público brasileiro. Para tanto, priorizou-se a coleta de dados para a composição de bancos capazes de subsidiar uma primeira caracterização do objeto.

Assim, o artigo está estruturado em quatro itens, além da introdução e das referências bibliográficas. O primeiro item traça o perfil socioeconômico dos docentes das IFES investigadas. O segundo apresenta informações sobre a carreira e sobre a percepção dos docentes em relação a aspectos da carreira docente. No terceiro item os professores avaliam a infraestrutura existente em suas instituições. Por fim, o quarto bloco traz informações sobre participação associativa e perfil do associativismo.

A população deste estudo é composta por 96 professores integrantes da carreira de magistério superior do governo federal, lotados nas IFES situadas em municípios do interior do estado de Pernambuco (região Nordeste). Foram selecionados 96 professores, conforme procedimento de cálculo amostral. As entrevistas foram realizadas nos campi de Petrolina, Serra Talhada, Vitória de Santo Antão, Caruaru e Garanhuns.

## 1. Perfil socioeconômico e titulação acadêmica

Esta seção traz dados com o perfil dos docentes entrevistados em função dos parâmetros sexo, faixa etária, cor da pele, estado civil, tipo de escola (pública ou privada) frequentada pelos filhos, titulação, área de atuação, origem social e percepção quanto ao padrão de vida.

A amostra contou com 54,2% de docentes do sexo feminino e 45,8% do sexo masculino (Gráfico 1). A idade média dos entrevistados é 37,19, sendo de 37,52 para as mulheres e 36,80 para os homens. A tabela 2 mostra a distribuição dos professores por faixa etária. Observa-se que 71,9% dos entrevistados informou ter até 40 anos de idade.

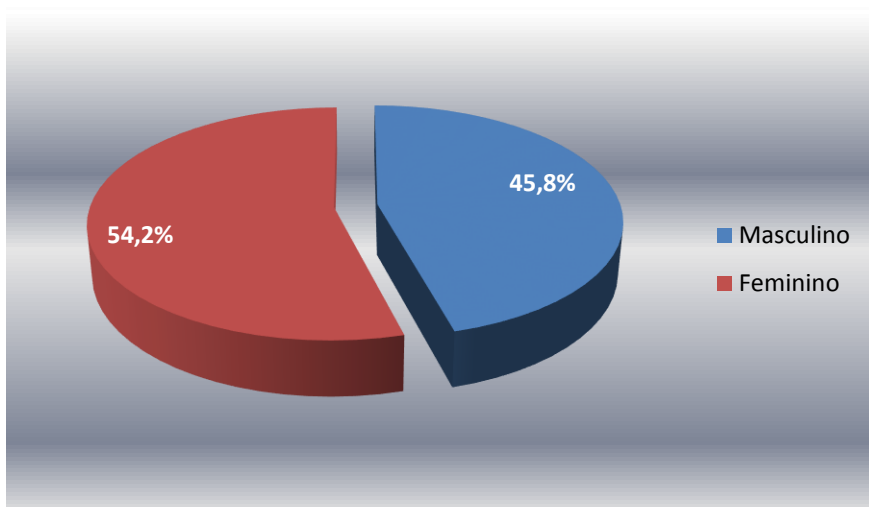


Gráfico 1 – Docentes entrevistados distribuídos por sexo, 2011. Fonte: Pesquisa de campo.

Faixa	N.	%
De 20 a 30 anos	16	16,7
De 31 a 40 anos	53	55,2
De 41 a 50 anos	20	20,8
De 51 a 60 anos	5	5,2
Mais de 61 anos	2	2,1
Total	96	100

Tabela 1 – Distribuição dos docentes entrevistados por faixa etária, 2011. Fonte: Pesquisa de campo.

A aferição da cor da pele é reconhecidamente sujeita a imprecisão. Neste sentido, a forma mais utilizada em pesquisas sociais tem como critério a autodeclaração, a qual permite uma interpretação mais cultural dos dados obtidos (no sentido de identificação pessoal, valores compartilhados), do que propriamente racial (Schwartzman, 1996 e 1998). A pesquisa procurou seguir o mesmo critério de autodefinição e os resultados apontam que a maioria dos entrevistados se classificou como brancos (65,6%), 25% como pardos, 6,3% pretos e 3,1% amarelos.

Em relação ao estado civil, 65,7% dos docentes investigados indicou ser casado (56,3%) ou declararam união estável (9,4%), 22,9% solteiro, 11,5% divorciados. Pouco mais da metade, 53,2%, dos entrevistados afirmou ter filhos. O número de filhos é baixo, em média 1,6. De tal modo, no que tange à organização familiar, os números indicam que 43,8% dos entrevistados organizam-se, aparentemente, segundo o arranjo nuclear ou conjugal, ou seja, constituem relações estáveis (formalizadas ou não), com a presença de filhos<sup>4</sup>. Tem-se que 22% dos entrevistados são casados ou vivem relações estáveis, mas não possuem filhos. Entre os solteiros 13,6% afirmaram ter filhos e entre os divorciados o mesmo percentual é de 54,5%.

Entre os filhos que estudam 88,5% frequentam escolas privadas. Observa-se que da minoria (11,5%) que cursa instituições públicas, a maior parcela provavelmente frequenta estabelecimentos de ensino superior, pois possuem idade igual ou superior a 18 anos. O elevado percentual de matrículas na rede privada de ensino evidencia a importância dada à educação por membros da classe média – como os professores universitários. Conforme Saes (2005), trata-se da única classe que atribui à educação papel-chave na manutenção e ascensão da situação econômica e social familiar. Para tanto, historicamente, as classes médias mobilizam recursos financeiros com intuito de viabilizar, aos seus filhos, um ensino de melhor qualidade, o qual é identificado com a escola privada.

Ressalta-se que, apesar de atribuir hipoteticamente ao ensino privado maior qualidade, os entrevistados não se mostram muito satisfeitos com a escolha que fizeram. Somente 23,5% dos docentes entrevistados consideram a escola particular de seus filhos muito boa. A maioria, 56,9%, avalia como boa e 19,6% a julga como razoável.

O Gráfico 2 mostra a titulação dos docentes pesquisados. A maioria informou ter concluído o doutorado (55,2%), sendo que 9,4% cumpriu estágio pós-doutoral. Os mestres perfazem 38,5% dos entrevistados e apenas 6,3% declarou ter finalizado apenas o curso de especialização. A titulação é mais elevada entre as mulheres: 61,5% informaram ter concluído o doutorado (11,5%).

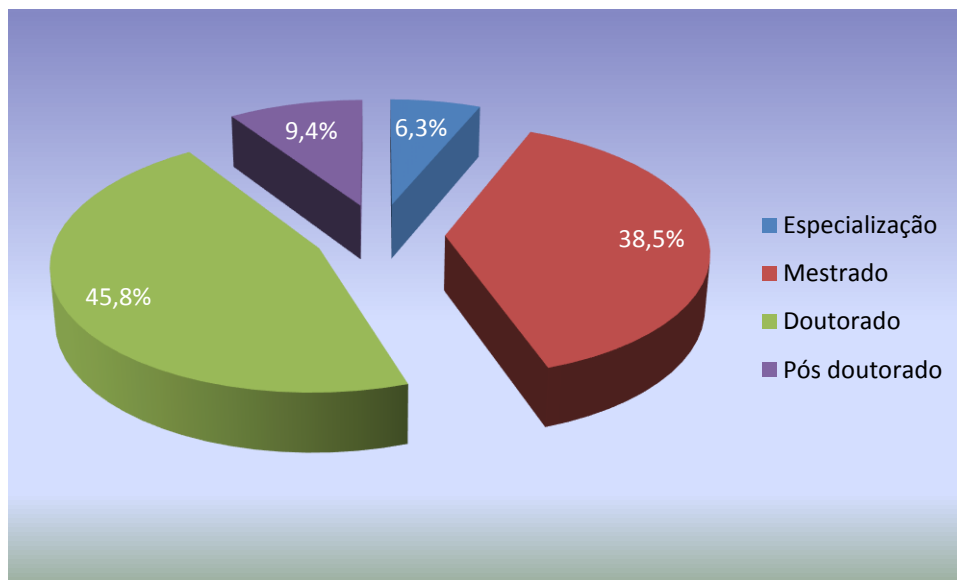


Gráfico 2- Distribuição dos docentes entrevistados por titulação, 2011 (%). Fonte: Pesquisa de campo.

O Gráfico 3 exibe a área de atuação dos docentes entrevistados. Mais da metade dos professores, 55,2%, atuam nas áreas de biomédicas (saúde – 18,8% - e biológicas – 13,5%) e agrárias (22,9%). Merece destaque, ainda, as ciências sociais aplicadas (13,5%).

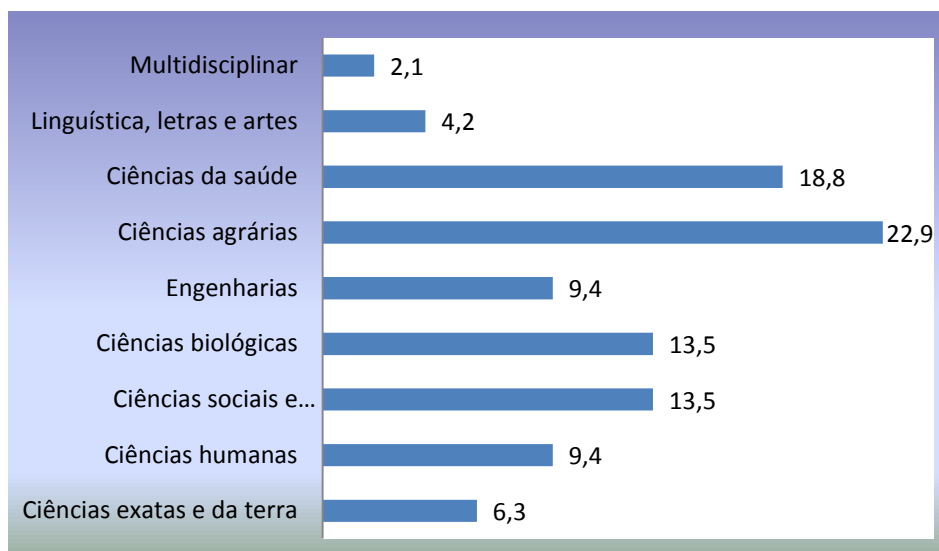


Gráfico 3 - Docentes por área de atuação, 2011 (%). Fonte: Pesquisa de campo.

Construiu-se no imaginário popular a ideia de que o funcionalismo público auferia bons rendimentos e possui situação patrimonial muito acima da média da população. Nos pequenos municípios, o impacto do rendimento do funcionalismo público federal no mercado de consumo e imobiliário tende a ser significativo. Neste sentido, os docentes foram inquiridos a responder a respeito da posse de bens (casa própria) e sobre o rendimento (oriundo da instituição e de outras fontes). De acordo com os docentes, 19,2% afirmou possuir casa própria no município em que atuam profissionalmente. O rendimento médio dos entrevistados na instituição foi de R\$6.164,00, estando pouco abaixo da renda mensal total informada (R\$6.827,79). O rendimento informado se aproxima do salário percebido pelos integrantes da carreira de magistério superior com título de doutor, o que permite dizer que a universidade é a principal fonte de renda para estes professores. Corrobora tal percepção outra informação colhida pela pesquisa: apenas 11,5% dos docentes recebem alguma bolsa. Somente os docentes com jornada de 20 horas semanais, a maior parte da área de saúde, apresentaram remuneração média mais elevada: R\$8.600,00.

Interessava conhecer a origem social dos docentes das IFES no interior de Pernambuco, bem como a percepção que tinham de seu padrão de vida em comparação com o de seus pais. A Tabela 2 mostra que 74% dos pais ou responsáveis pela criação dos investigados eram trabalhadores assalariados não manuais, o que confirma a origem majoritariamente de classe média dos professores. Seguido por 8,3% de pequenos proprietários, que indicam uma origem pequeno-burguesa.

Ocupação	%
Empresário	7,3
Pequeno proprietário	8,3
Assalariado rural	1,0
Operário (trabalhador manual)	5,2
Trabalhador assalariado não manual	74,0
Autônomo	2,1
Não respondeu	2,1
Total	100

Tabela 2 – Ocupação do pai ou responsável pela criação dos professores, 2011 (%). Fonte: Pesquisa de campo.



No que diz respeito ao padrão de vida dos pesquisados relativamente ao de seus pais, a pesquisa revela que 50% dos professores acreditam ter padrão de vida e renda superiores ao de seus pais, 30,2% acreditam estar na mesma situação dos seus pais e 18,8% consideram seu padrão de vida inferior ao de seus pais<sup>5</sup>.

## 2. Carreira

A maior parte dos entrevistados, 90,06%, é estatutária em regime de dedicação exclusiva (DE), os demais estão assim distribuídos: 5,2% estatutários em regime de 20 horas; 3,1% estatutário em regime de 40 horas e 1% com contrato de substituto. Os oito docentes submetidos aos regimes de 20 ou 40 horas atuam nas áreas de ciências da saúde (cinco), ciências biológicas (dois) e ciências agrárias (um).

Os entrevistados estão há pouco tempo no serviço público, em média 3,88 anos. O tempo de atuação na instituição a qual atuam também é baixo, em média 2,93 anos. Pode-se dizer que a ampla maioria dos entrevistados se constitui de jovens em início de carreira, pois em 78,9% dos casos o tempo de serviço público e de instituição são semelhantes.

Comparando com a idade média, infere-se que os entrevistados ingressaram nas instituições em que trabalham com aproximadamente 34 anos, média dois anos inferior à observada para o conjunto dos professores ingressantes nas IFES em todo o País no mesmo período (MPOG, 2011). Observa-se que a quase totalidade dos professores entrevistados, 95,8%, ingressaram no serviço público em vagas criadas pelos programas de expansão do governo Lula da Silva (Programa de Expansão Fase I e REUNI).

A escolha da carreira acadêmica se deu para 52,6% dos entrevistados pela possibilidade de pesquisar e para 32,6% por poder ensinar (Tabela 3). Nota-se que determinadas características da atividade docente, como o ensino e a pesquisa, são fatores mais importantes para a escolha profissional do que o padrão salarial. Chama atenção, no entanto, o maior apreço pela atividade de pesquisa, no que se observa uma relação com a juventude dos professores entrevistados.

Esta parece ser uma constatação importante da pesquisa para pensar o futuro da universidade. Ao que parece, a nova geração de professores tem um perfil diferenciado, mais afeito ao ofício de pesquisar e, portanto, mais “ajustado” ao modelo de avaliação vigente especialmente na pós-graduação, baseado nos parâmetros estabelecidos pela Capes<sup>6</sup>. O novo professor-pesquisador começou a ser forjado, muito provavelmente, quando frequentava os bancos dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, ao ser apresentado à “ideologia do produtivismo acadêmico”<sup>7</sup>, um dos pilares centrais da cultura das universidades, e submetido à rotina da redação de dissertações/teses em prazos exíguos e condições nem sempre adequadas.

	%
Possibilidade de pesquisar	52,6
Ensino	32,6
Contato com os alunos	6,3
Salário e sobrevivência material	5,3
Outros	2,2
Não respondeu	1,1
Total	100

Tabela 3 – Motivo de ingresso dos entrevistados na carreira docente, 2011 (%). Fonte: Pesquisa de campo.

Para as universidades localizadas fora dos grandes centros sempre foi um desafio a fixação de quadros mais qualificados. Os desafios para a consolidação das novas unidades, todavia, parecem ser maiores. Como fixar o novo professor-pesquisador em instituições ainda não consolidadas e localizadas em pequenos municípios no interior do País?<sup>8</sup>

Considerando que são determinados atributos da carreira que atraem os professores, é importante aferir a satisfação com profissão escolhida. Os docentes foram inquiridos em relação à satisfação com a profissão escolhida. O Gráfico 4 revela que 67,7% dos entrevistados estão satisfeitos com a escolha profissional. Parcialmente satisfeitos estão 26%. De tal modo, 93,7% dos professores experimentam algum grau de satisfação com a carreira docente. Apenas 6,3% revelaram insatisfação. A satisfação está relacionada à combinação de vários fatores: a formação de novos profissionais, ao reconhecimento pela sociedade, à produção de conhecimento.

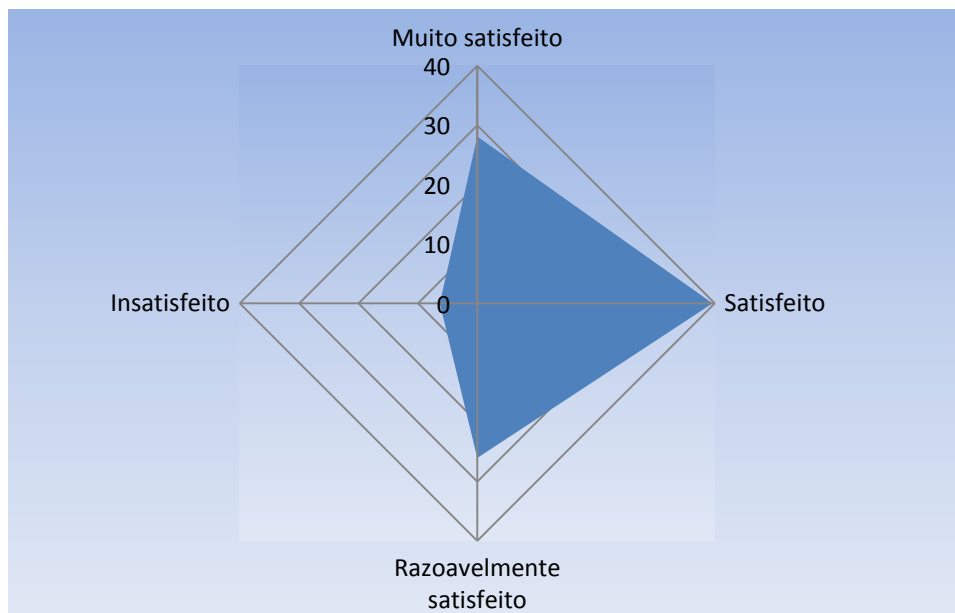


Gráfico 4 – Satisfação dos entrevistados com a carreira docente, 2011 (%). Fonte: Pesquisa de campo.

Embora os entrevistadores tenham relatado satisfação profissional, observa-se que as condições as quais o trabalho é realizado nem sempre são consideradas adequadas, o que gera descontentamento e, no limite, até mesmo problemas de saúde.

Destarte, um debate recorrente é o da carreira. Desde a criação, após anos de luta do movimento docente, do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Salários (PUCRCE), em 1987. O PUCRCE representou a consolidação de uma carreira única para os docentes das universidades federais<sup>9</sup>, com isonomia salarial, critérios determinados de ingresso – via concurso público de provas e títulos – e de promoção e ascensão – por titulação e desempenho.

Ao longo dos anos a estrutura da carreira foi sofrendo algumas alterações<sup>10</sup>. No que diz respeito à estrutura remuneratória, foram introduzidos mecanismos de remuneração variável – casos da Gratificação por Atividade Executiva (GAE) e da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e, posteriormente, GEMAS – pautados, no caso das remunerações específicas da carreira, por critérios quantitativos de avaliação da atividade docente. Reestruturou-se a retribuição por titulação, ampliando os percentuais de acréscimo ao vencimento básico por meio da obtenção de títulos<sup>11</sup>. Foi criada mais uma classe na carreira – associado -, contendo quatro níveis (Lei 11.344/2006). Por fim, alterou-se a estrutura remuneratória, as gratificações foram incorporadas ao vencimento básico e a remuneração passou a ser composta por duas parcelas: vencimento básico e retribuição de titulação.

Os debates sobre a carreira não cessaram e questões como os critérios para ascensão funcional estão em permanente revisão. Atualmente, por exemplo, o governo federal discute com as entidades sindicais a reestruturação da carreira dos professores universitários<sup>12</sup>.

Neste sentido, alguns quesitos do questionário aplicado foram elaborados buscando captar a opinião dos professores sobre aspectos relativos à carreira docente. A ampla maioria, 81,3%, defende que sejam levados

em conta o tempo de serviço, a titulação e a produção acadêmica. A organização por tempo de serviço e titulação é defendida por 7,3%. Apenas por um critério (avaliação da produção ou tempo de serviço), mobilizou, cada uma, a opinião de 3,1% dos entrevistados. Outros critérios respondem por 5,1% das respostas.

Atualmente as IFES possuem três regimes de trabalho: 40h com dedicação exclusiva, 40h sem dedicação exclusiva e 20 horas. A dedicação exclusiva é um regime de trabalho que impede que o professor tenha atividades de trabalho regulares, além daquelas que executa na universidade. Igualmente, é permitido, conforme regulamento das IFES, que o docente realize eventualmente consultorias, participe de comissões julgadoras, receba bolsas, direitos autorais e de propriedade, pró-labore etc.

Segundo a opinião de 83,1% dos entrevistados, a dedicação exclusiva (DE) deve ser o principal regime de trabalho. Mas, para 72,6% deve comportar alguma flexibilização salarial, não é possível saber se defendem uma maior flexibilidade em relação a já existente ou a manutenção das atuais regras. Para 10,5% a DE não deve ser flexibilizada. Quase 14% dos docentes defendem que o regime seja opcional e apenas 2,1% defendem o fim da DE.

<b>Opinião</b>	<b>%</b>
Ser o principal regime de trabalho, sem flexibilização	10,5
Apenas uma opção entre as outras	13,7
Ser o principal regime de trabalho, mas com flexibilização	72,6
Acabar	2,1
Não respondeu	1,1
Total	100

Tabela 4 – Opinião dos entrevistados sobre o regime de dedicação exclusiva nas universidades, 2011. Fonte: Pesquisa de campo.

Conforme mencionado em outra parte do texto, a realização de pesquisas é uma das principais atividades desempenhadas pelos membros da carreira de magistério superior. Entretanto, nem sempre a universidade dispõe de infraestrutura adequada para abrigar projetos de pesquisa, especialmente os novos campi, e as agências financiadoras não dispõem de recursos para atender a demanda existente<sup>13</sup>. Outra atividade, integrante do tripé que constitui eixo fundamental da universidade brasileira<sup>14</sup>, é a extensão. Projeto de extensão é um conjunto de atividades de caráter educativo, cultural, científico e tecnológico, que envolva docentes, discentes e técnicos-administrativos desenvolvidas junto à comunidade, que tenham objetivo específico e prazos determinados.

Em face do exposto, buscou-se colher informações sobre a realização de pesquisas e projetos de extensão. Assim, 85,9% dos entrevistados afirmaram realizar pesquisas. Boa parte dos professores, 67,1%, conta com a participação de estudantes em seus projetos de pesquisa. A participação dos estudantes ocorre na forma de estagiário ou de bolsista. Vale ressaltar que o estagiário pode ser voluntário ou remunerado. De acordo com 81,5% dos entrevistados, a pesquisa realizada tem relação com a região em que o professor atua profissionalmente.

Pouco mais de metade (51,6%) dos entrevistados afirmaram realizar projetos de extensão. Destes, 95,7% tinham relação com a região na qual os pesquisados atuam profissionalmente. Os alunos participam como estagiários nos projetos de extensão conforme 72,3% dos entrevistados.

Segundo 34% dos professores, seu projetos de pesquisa e/ou extensão contam com financiamento. A maioria (66%), portanto, realiza atividades de extensão e/ou pesquisa sem qualquer apoio financeiro. O financiamento, quanto existente, advém quase totalmente das agências de fomento, como relatam 96,8% dos entrevistados. Destaca-se a agência do próprio estado de Pernambuco, que, de acordo com 65,6% dos entrevistados, financia seus projetos de pesquisa e/ou extensão.

### 3. Condições de trabalho

As questões que serão descritas neste item tratam das condições de trabalho, segundo a percepção dos docentes do ensino superior entrevistados. O bloco contempla questões relativas à jornada de trabalho, infraestrutura e saúde.

A maioria dos professores informou ministrar 8 ou 12 horas de aula semanais (cada um responde por 31,6% das respostas), embora, cabe mencionar, as jornadas informadas são muito variadas, conforme mostra a Tabela 5. Chama atenção o percentual de docentes que informou ministrar mais de treze horas-aula por semana: 12,6%. É relevante lembrar que a LDB determina o número mínimo de horas-aula para os docentes do ensino superior público, 8 horas, mas não regulamenta o número máximo e este limite é constantemente alvo de debates.

<b>Faixa</b>	<b>%</b>
Até sete horas	5,3
Oito horas	31,6
De nove a onze horas	18,9
Doze horas	31,6
Treze horas e mais	12,6
Total	100

Tabela 5 – Faixa de horas-aula semanais, 2011 (%). Fonte: Pesquisa de campo.

Além do tempo em sala de aula, 97,9% dos entrevistados afirmaram destinar horários para atendimento dos alunos. Entre os entrevistados, 98% informaram trabalhar nos finais de semana. Para 68,8%, trata-se de um trabalho quase regular, para 29,2% é um trabalho esporádico. Apenas um professor (1%) afirmou não trabalhar nos finais de semana e outro 1% não respondeu ao questionamento (Tabela 6).

<b>Faixa</b>	<b>%</b>
Até sete horas	5,3
Oito horas	31,6
De nove a onze horas	18,9
Doze horas	31,6
Treze horas e mais	12,6
Total	100

Tabela 6 - Frequência de trabalho nos finais de semana, 2011 (%). Fonte: Pesquisa de campo.

A pesquisa buscou informações sobre a infraestrutura disponível para a realização do trabalho docente e de pesquisa e contempla itens como adequação dos espaços físicos (salas para grupos de pesquisa, laboratórios, sala para professores etc.) e dos materiais e equipamentos utilizados na pesquisa acadêmica.

Segundo as informações aferidas no questionário, as instalações para laboratórios, salas para grupos de pesquisa, núcleos e atendimento a alunos são consideradas adequadas ou muito adequadas para 27,1% dos docentes. São razoáveis para 34,4% dos entrevistados. Para 25% dos professores tais instalações são ruins e 12,5% relataram que não existem instalações com esta finalidade nas unidades em que atuam.

<b>Avaliação</b>	<b>%</b>
Muito adequadas	6,3
Adequadas	20,8
Razoáveis	34,4
Ruim	25,0
Não existe	12,5
Total	100

Tabela 7 – Opinião dos professores sobre a infraestrutura existente em suas instituições - laboratórios, salas para grupos de pesquisa, núcleos e atendimento a alunos, 2011 (%). Fonte: Pesquisa de campo.

As salas para os professores são ruins segundo 41,7% dos professores ouvidos. Para 33,3% podem ser consideradas razoáveis. Apenas 3,1% consideravam muito adequadas e 15,6% adequadas. Por fim, 6,3% mencionaram que não existem salas para os professores em suas instituições (Tabela 8).

<b>Opinião</b>	<b>%</b>
Muito adequadas	3,1
Adequadas	15,6
Razoáveis	33,3
Ruim	41,7
Não existe	6,3
Total	100

Tabela 8 – Opinião dos professores sobre a infraestrutura existente em suas instituições - sala de professores, 2011 (%). Fonte: Pesquisa de campo.

Ainda sobre a infraestrutura, um quesito foi destinado a avaliar, de acordo com a opinião dos entrevistados, o espaço físico reservado para realização de pesquisas. Observa-se que as instituições ainda carecem de investimentos para dar suporte ao trabalho de pesquisa, pois 40,6% dos entrevistados avaliam como ruins tais instalações, para 24% são apenas razoáveis e 18,8% informaram que a instituição não disponibiliza espaço para a pesquisa. Somente 16,7% dos entrevistados avaliam esses espaços como adequados ou muito adequados (Tabela 9).

<b>Opinião</b>	<b>%</b>
Muito adequadas	2,1
Adequadas	14,6
Razoáveis	24,0
Ruim	40,6
Não existe	18,8
Total	100

Tabela 9 – Opinião dos professores sobre a infraestrutura existente em suas instituições - espaço físico para realização de pesquisas, 2011 (%). Fonte: Pesquisa de campo.

Perguntou-se sobre os equipamentos e materiais disponíveis para a pesquisa nas instituições as quais os entrevistados estavam vinculados. Aproximadamente 28,7% dos entrevistados consideram os equipamentos e materiais disponíveis para pesquisa em sua instituição adequados ou muito adequados, 30,9% consideram

razoáveis. Para 28,7% os equipamentos e materiais disponíveis para a pesquisa são inadequados ou insuficientes e 11,7% dos entrevistados informaram que a instituição não disponibiliza equipamentos e materiais para a pesquisa acadêmica (Tabela 10).

Opinião	%
Muito adequadas	2,1
Adequadas	26,6
Razoáveis	30,9
Ruim	28,7
Não existe	11,7
Total	100

Tabela 10 – Opinião dos professores sobre a infraestrutura existente em suas instituições - equipamentos e materiais para a pesquisa acadêmica, 2011 (%). Fonte: Pesquisa de campo.

Para finalizar o bloco que buscava informações sobre a infraestrutura, os entrevistados avaliaram as instalações da biblioteca e a variedade de seu acervo. É importante mencionar que todas as instituições investigadas possuem biblioteca. A grande maioria dos professores, 72,1%, informou utilizar a biblioteca, mas poucos fazem uso de seus espaços individuais e coletivos (apenas 10,4% afirmaram utilizar os espaços individuais e 18,8% os espaços coletivos). Para 54,2% dos docentes, o acervo da biblioteca precisa ser ampliado, incorporando bibliografias especializadas que, atualmente, são insuficientes. Não obstante, 71,9% dos entrevistados julga como, no mínimo razoável, a variedade de títulos existentes na biblioteca. Avaliam a diversidade de títulos como ruim 16,7% dos professores ouvidos e 11,5% não responderam. A quantidade dos principais títulos existentes na biblioteca é considerada muito boa ou boa por 28,1% dos entrevistados, é razoável para 37,5% e ruim para 20,8%. De forma geral, 38,5% dos docentes avaliam a biblioteca como razoável e 33,3% como boa ou muito boa. Apenas 16,7% consideravam a biblioteca ruim e 11,5% preferiram não opinar a esse respeito (Tabela 11).

Costuma fazer uso da biblioteca?		Costuma fazer uso dos espaços coletivos da biblioteca?		Costuma fazer uso dos espaços individuais da biblioteca?		A biblioteca possui títulos suficientes na área de estudo?	
Sim	72,9	Sim	18,8	Sim	10,4	Sim	33,3
Não	27,1	Não	55,2	Não	49,0	Não	54,2
		Não Tem	14,6	Não Tem	29,2	Não respondeu	11,5
Avaliação da variedade de títulos existentes na biblioteca		Avaliação da quantidade dos principais títulos existentes na biblioteca		Avaliação geral da biblioteca			
Muito boa	9,4	Muito boa	3,1	Muito boa	10,4		
Boa	29,2	Boa	25,0	Boa	22,9		
Razoável	33,3	Razoável	37,5	Razoável	38,5		
Ruim	16,7	Ruim	20,8	Ruim	16,7		
Não respondeu	11,5	Não respondeu	13,6	Não respondeu	11,5		

Tabela 21 – Avaliação dos entrevistados sobre a biblioteca, 2011 (%). Fonte: Pesquisa de campo.

Outro aspecto importante no que diz respeito às condições de trabalho é o relacionado à saúde do trabalhador. A discussão e a adoção de políticas de atenção à saúde dos servidores públicos avançaram muito pouco no Brasil nas últimas décadas. Em âmbito federal, a partir de 2003, foram implementadas algumas ações, ainda pontuais, mas que buscam conformar um sistema próprio de atenção, promoção e acompanhamento da saúde dos servidores.

Um das primeiras medidas adotadas foi a regulamentação do dispositivo legal que institui a obrigatoriedade do exame médico periódico para os servidores públicos federais<sup>15</sup>. Os exames devem ser feitos a cada dois anos para os servidores com idade entre 18 e 45 anos, anualmente para os servidores com mais de 45 anos e a cada seis meses para categorias profissionais específicas. Os exames consistem em importante instrumento para a organização de uma política de saúde para o servidor público. Apesar da regulamentação e de sua importância, 33,3%, dos entrevistados afirmou não ter realizado o exame médico periódico em 2010.

#### **4. Participação associativa e perfil do associativismo**

Nogueira (1999) considera a categoria profissional dos professores como “vanguarda” do movimento sindical dos servidores públicos e das classes médias em geral, aproximando-se do papel dos metalúrgicos do ABC na reorganização do sindicalismo brasileiro na década de 1970. A reorganização do movimento sindical dos docentes do ensino superior em bases nacionais, ocorreu a partir do final da década de 1970, com encontros periódicos das associações docentes, realização de greves e a fundação da ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior)<sup>16</sup>. O movimento cresceu e atualmente a categoria exibe uma das taxas mais elevadas de sindicalização entre os trabalhadores brasileiros.

Todavia, entre os docentes entrevistados, de forma comparativa, é baixa, relativamente ao conjunto dos professores das IFES, a filiação sindical, pois apenas 26% afirmou ser filiado ao sindicato que representa a categoria. Para os filiados, a adesão a uma entidade sindical é importante, pois o sindicato defende a carreira docente (44% das respostas), presta serviços assistenciais (28%), luta por melhores condições de trabalho (22%) e 8% não responderam ao quesito.

Entre os que não são filiados, o privilégio dado à luta política pelo sindicato em detrimento das demandas mais imediatas da categoria foi alegada por 28,6% como motivo para não participar do movimento sindical, a falta de tempo foi mencionada por 18,6% dos entrevistados, o desconhecimento sobre a entidade sindical e a filiação foram citados por 12,9%, fizeram referência a outros motivos 11,4%. É digno de nota o percentual de entrevistados que não quis responder o motivo de não ser filiado ao sindicato: 28,6%

Além do movimento sindical, nos anos de 1970 o Brasil assistiu ao surgimento e ressurgimento de um grande número de movimentos sociais orientados por temáticas diversas: luta por moradia, por melhoria na educação, de defesa dos direitos das mulheres e dos negros, ambientalistas etc. Os docentes entrevistados também foram instados a responder sobre a participação em outras formas associativas e 20,8% afirmaram participar de associações recreativas, religiosas, científicas e de classe.

Considerando as diferentes formas de associação (sindical, de classe e comunitária) e a vinculação a um ou mais tipos, pode-se dizer que a taxa de associativismo em geral dos professores entrevistados é de 40,6%. Importa ressaltar que não existem pesquisas recentes no Brasil que permitam o cálculo da mesma taxa para o conjunto da população, a última foi realizada em 1996, cobriu apenas algumas regiões metropolitanas e mostrou que 31% da população com mais de 18 anos possuía alguma tipo de associação<sup>17</sup>.

#### **Considerações finais**

Os estudos sobre a questão da interiorização das universidades públicas serão continuados, tendo-se em vista a análise do fenômeno nas instituições mineiras. Por sua vez, a pesquisa já realizada sugere parâmetros constitutivos de um perfil hipotético que será testado nas pesquisas subsequentes.

O perfil dos docentes em universidades interiorizadas revela pelo menos dois aspectos, um facilmente testável (e possivelmente observável) no conjunto das universidades (incluindo as instituições mais antigas), outro específico das unidades interiorizadas.

O primeiro aspecto é a predileção dos docentes – e particularmente dos docentes mais jovens e recém-chegados à universidade – pela dimensão da pesquisa, em comparação com a atividade professoral. Aparentemente, a ideia do docente-pesquisador proposta e fortalecida no âmbito das agências de fomento à pesquisa fixou-se no *ethos* do docente de universidade pública. Isso explicaria também a tendência de os

institutos e faculdades instituírem e privilegiarem seus programas de pós-graduação, os quais garantem recursos adicionais e prestígio acadêmico à instituição.

O segundo aspecto, próprio dos docentes em unidades interiorizadas, mas também passível de ser observado nas universidades não localizadas nos grandes centros urbanos, é o da dificuldade em se fixar o docente no interior. Embora se digam satisfeitos com a escolha profissional, isso não implica em satisfação com o local em que vivem e trabalham - apenas uma minoria possui residência própria na cidade em que trabalha. A isso se somam as considerações em geral desfavoráveis a fatores das condições de trabalho, como os que dizem respeito à infraestrutura.

Também é digna de nota a constatação da elevação do ritmo e intensidade do trabalho dos docentes, exemplificado pelo fato de que quase a totalidade deles declarou trabalhar também nos finais de semana. Finalmente, tem-se que o exercício da atividade docente em instituições públicas significou uma elevação do nível de vida em comparação com os pais, indicando ascensão socioeconômica em nível geracional.

## Referências bibliográficas

Alves, T.; Pinto, J. M. R. “Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte”. *Cadernos de Pesquisa*. Vol. 41, n.º 143, maio/ago., 2011.

ANDES-SN. ANDES-SN 30 Anos: sindicato de base, democrático e de luta. ANDES-SN, Brasília, 2011.

Bourdieu, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Rio Grande do Sul, RS: Zouk, 2007.

Durhan, E. *O ensino superior no Brasil: público e privado*. São Paulo, NUPES/USP, 2003.

Gomes, D. C.; Graciolli, E.; Barbosa E Silva, L.; Trópia, P.; Sória, S. *Perfil dos Delegados do 30º Congresso do ANDES-SN*. Uberlândia, FUNDAJ/UFU, 2011.

Gomes, D. C.; Silva, L. B.; Soria, S. “Condições e relações de trabalho no serviço público: o caso do governo Lula”. *Revista de Sociologia e Política*, vol.20, n.42, 2012.

IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego: suplemento*. Rio de Janeiro, IBGE, abril de 1996. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/suppme/default.shtm>. Acesso em 20/09/2012.

INEP. *Censo da Educação Superior*. Brasília, MEC/INEP, 2003.

INEP. *Censo da Educação Superior*. Brasília, MEC/INEP, 2010.

MEC. *REUNI: reestruturação e expansão das universidades federais, diretrizes gerais*. Brasília, MEC, 2007.

MPOG. *Boletim Estatístico de Pessoal*. Brasília, SRH/MPOG, 2003.

MPOG. *Boletim Estatístico de Pessoal*. Brasília, SRH/MPOG, 2011.

Nogueira, A. M. “Emergência e crise do Novo Sindicalismo no setor público brasileiro”. In: Rodrigues, I. J. *Novo Sindicalismo*. Vozes, 1999.

Saes, D. A. M. “Classe Média e Escola Capitalista”. *Revista Crítica Marxista*. vol. 1, n. 21, 2005.

SBQ. *Boletim Eletrônico*. Sociedade Brasileira de Química. n.º 1008, 2011. Disponível em <<http://boletim.s bq.org.br/noticias/n338.php>>. Acesso em 23/07/2012.

Sguissardi, V.; Silva JR., J. R. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo, Xamã, 2009.

Schwartzman, S. *Estatísticas e identidades*. Jornal do Brasil, 07/05/1998. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/identid.htm>. Acesso em 01/07/2012.



\_\_\_\_\_. *Legitimidade, controvérsia e traduções em estatísticas públicas*. 1996. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/estpub.htm>. Acesso em 01/07/2012.

---

<sup>1</sup> <http://painel.mec.gov.br/academico/mapaSupProf/acao/S>.

<sup>2</sup> <http://reuni.mec.gov.br/> e <http://painel.mec.gov.br/academico/mapaSupProf/acao/S>.

<sup>3</sup> <http://painel.mec.gov.br/academico/mapaSupProf/acao/S>.

<sup>4</sup> A pesquisa não permite conhecer com detalhes a composição do arranjo familiar.

<sup>5</sup> Conforme aponta Bourdieu (2007), os professores universitários situam-se entre as frações superiores da classe média.

<sup>6</sup> A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do Ministério da Educação, vela pela expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no país.

<sup>7</sup> Sguissardi e Silva Jr. (2009) fazem uma discussão muito interessante sobre o assunto.

<sup>8</sup> A própria expansão recente, ao ofertar muitas vagas em concursos, possibilita uma maior rotatividade de pessoal entre as diversas universidades, até mesmo nas mais consolidadas. A criação do banco de professores-equivalentes também deu mais autonomia às IFES para contratar docentes, pois não há mais necessidade de autorização do Ministério da Educação para prover os cargos vagos. A mesma medida também facilitou e, conseqüentemente, ampliou a mobilidade de professores nas IFES.

<sup>9</sup> Durante o regime militar não existiam critérios claros para o ingresso e nem ascensão profissional dos docentes das instituições federais de ensino superior. Em relação às instituições, conviviam universidades federais com naturezas jurídicas distintas (autárquicas e fundacionais) e que, por seu turno, mantinham diferentes carreiras. Os salários eram melhores nas fundacionais, mas os docentes vinculados às universidades autárquicas gozavam de melhores condições em termos de benefícios previdenciários e estabilidade. O regime de contratação era o da CLT nas fundacionais e o estatutário nas autárquicas. Durante os anos de ditadura militar, a expansão da rede federal de ensino superior ocorreu através da criação unicamente de instituições fundacionais (Leher e Lopes, 2008).

<sup>10</sup> No momento da redação do relatório os docentes realizam uma greve que tem na reestruturação da carreira uma de suas principais pautas.

<sup>11</sup> Por exemplo, no PURCE a obtenção do título de doutor ampliava em 25% o vencimento básico. A Lei n.º 11.344/2006 fixou novo percentual: 75%.

<sup>12</sup> Como parte das negociações para por fim a greve de 2011, o governo federal publicou a Portaria n.º 2.836/2011 instituindo grupo de trabalho com o fito de discutir, com os representantes sindicais, a reestruturação da carreira dos docentes das IES federais.

<sup>13</sup> A título de exemplo, o Edital Universal 2012 do CNPq cobriu apenas 22% do total de recursos solicitados ao órgão (ver em: [http://www.cnpq.br/web/guest/noticiasviews/-/journal\\_content/56\\_INSTANCE\\_a6MO/10157/645917](http://www.cnpq.br/web/guest/noticiasviews/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/645917)). Os próprios Comitês Assesores (CA) manifestam a preocupação com a insuficiência de recursos para atendimento da demanda crescente por financiamento. No relatório da reunião do CA-QU (química), ocorrida em setembro de 2011, encontra-se a seguinte passagem “o CA-QU (...) expressa sua preocupação, na medida em que o número de químicos e projetos qualificados aumenta de forma significativa, enquanto os recursos para o Edital Universal têm permanecido praticamente congelados nos últimos 4 (quatro) anos. Essa situação faz com que muitos pesquisadores mais experientes e jovens pesquisadores qualificados não tenham suas demandas atendidas, com o atraso nas investigações, além de conseqüente desestímulo profissional” (SBQ, 2011).

<sup>14</sup> O Artigo 207 da Constituição Federal de 1988 dispõe que “as universidades (...) obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

<sup>15</sup> Decreto n.º 6.856/2009 regulamentou o Art. 206 da Lei n.º 8.112/90.

<sup>16</sup> ANDES, 2011.

<sup>17</sup> Trata-se do suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE de abril de 1996.